

Organizadora:



ASSISTENTE SOCIAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **20** questões, numeradas de **1 a 20**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **2h30min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

O assistente social inserido na política de saúde atua em um campo complexo, mediado pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990. A atuação desse profissional em um hospital público, por exemplo, envolve desde a garantia do acesso do usuário aos serviços até a articulação com a rede socioassistencial para o pós-alta, sempre pautado pela compreensão de que a saúde é determinada por fatores sociais. O SUS rompeu com a lógica excludente anterior, baseando-se em fundamentos éticos e organizacionais robustos que devem guiar toda a equipe de saúde. Assim, analise as afirmativas a seguir sobre os princípios e diretrizes do SUS.

I.A Integralidade da assistência é um princípio doutrinário que compreende o indivíduo como um todo, articulando ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, e rejeitando a redução do atendimento apenas aos aspectos curativos.

II.A diretriz da Descentralização político-administrativa prevê o comando único em cada esfera de governo (União, Estados e Municípios), fortalecendo a autonomia municipal na gestão dos serviços de saúde locais.

III.O princípio da Equidade estabelece que o SUS deve garantir atendimento idêntico a todos os cidadãos, independentemente de suas necessidades específicas, focando na universalidade do acesso.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) proposição(ões) CORRETA(S):

- (A) I, II.
- (B) II, III.
- (C) I, III.
- (D) I, II, III.

Questão 02

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um avanço fundamental no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Ela não apenas cria mecanismos para coibir e prevenir essa violência, mas também estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres. Um dos aspectos centrais da lei foi a definição das diferentes formas de violência, superando a ideia de que ela se restringe apenas à agressão física. Um assistente social de um Centro de Referência da Mulher (CRM) recebe uma usuária que relata que seu companheiro a proíbe de trabalhar, controla seu dinheiro, destrói seus objetos pessoais e a difama publicamente em redes sociais. Essa compreensão ampliada é vital para a intervenção. Sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme definidas na Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei se aplica exclusivamente à violência praticada

pelo cônjuge ou companheiro atual, não abrangendo a violência praticada por ex-companheiros, namorados ou familiares com quem a mulher conviva.

- (B) A violência psicológica é definida exclusivamente como a agressão física que deixa marcas emocionais, não incluindo ameaças, constrangimento, humilhação ou controle do comportamento.
- (C) A Lei Maria da Penha reconhece apenas a violência física, a psicológica e a sexual, considerando a violência patrimonial e moral como questões de âmbito cível, a serem tratadas separadamente.
- (D) A violência patrimonial é entendida como a retenção, subtração ou destruição de objetos, instrumentos de trabalho, documentos ou recursos econômicos da mulher, e a violência moral como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Questão 03

O Serviço Social brasileiro, a partir do movimento de reconceitualização e, especialmente, com a consolidação de seus marcos legais e teóricos nos anos 1990, construiu coletivamente o seu Projeto Ético-Político Profissional. Este projeto não é apenas um documento formal, mas a direção social majoritária que a categoria assume, rompendo com o conservadorismo e o tecnicismo que marcaram suas origens. Ele se materializa no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A defesa desse projeto guia a prática cotidiana e a luta política dos assistentes sociais. Acerca dos fundamentos e princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__)O projeto ético-político profissional tem como valor ético central a defesa intransigente da liberdade, da equidade, da justiça social e da democracia, contrapondo-se a todas as formas de preconceito e autoritarismo.

(__)Este projeto se alinha historicamente aos interesses da classe trabalhadora e busca a construção de uma nova ordem societária, mais justa e igualitária, sem exploração de classe, gênero ou etnia.

(__)O projeto ético-político prioriza a dimensão técnico-operativa em detrimento da teórico-metodológica, buscando uma intervenção mais pragmática e imediata na realidade social.

(__)A materialização do projeto ético-político depende exclusivamente da ação individual de cada assistente social em seu espaço de trabalho, não se relacionando com as lutas sociais mais amplas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D)

Questão 04

O desenvolvimento histórico do Serviço Social no Brasil é marcado por um processo de revisão crítica que busca superar o conservadorismo original e alinhar a profissão às demandas das classes subalternas. Esse movimento, consolidado a partir do final da década de 1970, incide diretamente sobre as dimensões que estruturam o exercício profissional, exigindo do assistente social uma articulação constante entre teoria, ética e técnica. Considerando os fundamentos históricos e as dimensões do exercício profissional, analise as afirmativas a seguir.

I.A "Intenção de Ruptura" representa um marco no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, caracterizando-se pelo esforço de superação do conservadorismo moralizante e pela aproximação com a tradição marxista, visando compreender a "questão social" em sua totalidade e vinculando o projeto profissional a um horizonte de transformação social.

II.A dimensão técnico-operativa, embora subordinada às diretrizes ético-políticas, possui autonomia absoluta na escolha dos instrumentos de intervenção, uma vez que a eficácia dos procedimentos técnicos independe da fundamentação teórica adotada, permitindo que metodologias funcionalistas sejam utilizadas sem prejuízo ao compromisso com a transformação social previsto no atual Código de Ética.

III.O Projeto Ético-Político profissional contemporâneo articula-se em torno da defesa intransigente dos direitos humanos e da recusa do arbítrio e do preconceito, fundamentando-se na análise crítica da realidade e exigindo competência teórica para decifrar as expressões da questão social para além de suas manifestações imediatas.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) proposição(ões) CORRETA(S):

- (A) I, II, III.
- (B) I, II.
- (C) I, III.
- (D) II.

Questão 05

Um assistente social do CREAS atende um adolescente de 15 anos que está vivenciando uma situação de conflito familiar intenso, com relatos de abuso psicológico por parte do responsável e evasão escolar. A equipe técnica, após estudo social, avalia que o adolescente está em situação de risco e que seus direitos fundamentais estão sendo violados por omissão do responsável. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) prevê um rol de medidas de proteção (Art. 101) aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados. A correta identificação e aplicação dessas medidas são cruciais para a intervenção profissional. Sobre as medidas de proteção previstas no ECA, assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas de proteção, listadas no Art. 101, são de competência exclusiva da autoridade judicial, não podendo o Conselho Tutelar aplicar nenhuma delas, apenas encaminhar o caso ao juiz.
- (B) As medidas de proteção, como a inclusão em serviços e programas de proteção e o acolhimento institucional, podem ser aplicadas sempre que os direitos da criança ou adolescente forem violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ou em razão de sua própria conduta.
- (C) A medida de proteção de orientação, apoio e acompanhamento temporários" destina-se exclusivamente aos pais ou responsável, não podendo ser aplicada diretamente à criança ou ao adolescente."
- (D) O acolhimento institucional é a medida de proteção prioritária e deve ser aplicada imediatamente em qualquer caso de violação de direitos, independentemente da tentativa de manutenção dos vínculos familiares.

Questão 06

O sigilo profissional é um dos pilares fundamentais do exercício profissional do assistente social, assegurando o espaço de confiança necessário para o atendimento e a defesa dos direitos dos usuários. O Código de Ética de 1993 (Resolução CFESS nº 273/1993) dedica especial atenção a esse tema. Contudo, o profissional pode se deparar com dilemas éticos complexos, como quando toma conhecimento, em um atendimento sigiloso a um adulto, de um plano iminente de violência grave contra uma criança. Nesses casos, o profissional precisa ponderar os valores éticos em jogo. Assim, analise as afirmativas a seguir sobre o sigilo profissional.

I.O sigilo profissional é um dever absoluto, não podendo ser rompido em nenhuma hipótese, mesmo que para salvar a vida de terceiros, sob pena de infração ética grave.

II.A quebra do sigilo é permitida e obrigatória sempre que for solicitada por autoridade judicial, independentemente da análise do assistente social sobre a situação.

III.A decisão pela quebra do sigilo é de competência do assistente social, que deve fundamentá-la eticamente, sendo admissível apenas em situações que envolvam ameaça ou dano à integridade do usuário, de terceiros ou da coletividade.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) proposição(ões) CORRETA(S):

- (A) I.
- (B) I, II.
- (C) II, III.
- (D) III.

Questão 07

A gestão da Política de Assistência Social, no âmbito do

SUAS, exige um conhecimento aprofundado da realidade social dos territórios para que os serviços e benefícios sejam ofertados de forma eficaz e equânime. A Vigilância Socioassistencial foi instituída como uma das funções essenciais dessa política, operando como um pilar para o planejamento estratégico. Seu papel não se confunde com o da Proteção Social (Básica ou Especial), pois seu foco não é o atendimento direto ao usuário, mas sim a produção de conhecimento sobre as dinâmicas de vulnerabilidade e risco. Esse conhecimento é vital para identificar demandas não atendidas e reorientar a oferta de serviços. Acerca dos objetivos e características da Vigilância Socioassistencial no SUAS, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() A principal função da Vigilância Socioassistencial é realizar o atendimento direto e o acompanhamento familiar das populações em situação de risco, substituindo o CRAS em territórios conflagrados.

() O processo de territorialização, uma das ferramentas da Vigilância Socioassistencial, consiste em mapear e analisar a incidência de vulnerabilidades e riscos sociais nos diferentes territórios de abrangência dos serviços.

() A Vigilância Socioassistencial utiliza indicadores sociais e diagnósticos socioterritoriais com o objetivo principal de subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações do SUAS.

() A coleta de dados para a Vigilância Socioassistencial restringe-se aos sistemas de informação nacionais (como o CadÚnico), sendo vedada a produção de diagnósticos locais ou o uso de dados de outras políticas setoriais.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, F, V.

Questão 08

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações da assistência social no Brasil de forma hierarquizada e descentralizada, baseando-se no conceito de proteção social e na territorialização. A estrutura do SUAS se divide fundamentalmente em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), esta última subdividida em Média e Alta Complexidade. Essa divisão não é meramente administrativa; ela define o tipo de intervenção, o público-alvo e os equipamentos (CRAS e CREAS) responsáveis pela execução dos serviços. Compreender essa diferenciação é vital para o correto encaminhamento e atendimento das famílias. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I.A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários, sendo o CRAS sua unidade de referência.

II.A Proteção Social Especial de Média Complexidade destina-se a famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se totalmente rompidos, exigindo acolhimento institucional imediato.

III.Tanto a Proteção Social Básica quanto a Especial são operacionalizadas exclusivamente pela rede pública estatal, não prevendo a participação de entidades e organizações de assistência social na oferta de serviços.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) proposição(ões) CORRETA(S):

- (A) I.
- (B) I, II, III.
- (C) II, III.
- (D) I, II.

Questão 09

A inserção do assistente social nas equipes de saúde, seja na atenção básica, especializada ou hospitalar, é estratégica para a consolidação do SUS, especialmente na garantia da integralidade e da equidade. A atuação profissional vai além de questões burocráticas ou de simples encaminhamentos, exigindo uma leitura crítica dos determinantes sociais do processo saúde-doença. O profissional é chamado a intervir em situações complexas de vulnerabilidade que impactam diretamente o tratamento e a qualidade de vida dos usuários, devendo articular ações internas ao serviço de saúde com a rede de proteção social externa. Acerca das competências e atribuições do assistente social na política de saúde, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

() A atuação do assistente social na saúde deve focar-se prioritariamente na análise dos determinantes sociais do processo saúde-doença, articulando a intervenção com a rede intersetorial para garantir a integralidade do cuidado.

() Compete ao assistente social na saúde realizar a triagem econômica dos usuários para definir quem terá acesso aos serviços de média e alta complexidade, garantindo a racionalização de recursos.

() O profissional deve atuar na orientação e garantia do acesso aos direitos sociais e benefícios (como o BPC ou direitos previdenciários) que impactam as condições de saúde e vida do usuário e sua família.

() O trabalho do assistente social no SUS restringe-se ao atendimento individual do paciente, não devendo envolver-se em ações de planejamento, gestão ou fortalecimento do controle social na saúde.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, F, V, F.

- (C) F, F, V, V.
(D) V, V, F, F.

Questão 10

A gestão democrática e participativa é um princípio constitucional que se materializa em diversas políticas públicas por meio dos conselhos gestores e de direitos. Essas instâncias são espaços fundamentais de exercício do controle social, em que a sociedade civil e o poder público dialogam e deliberam sobre os rumos das políticas. O assistente social, seja como membro de um conselho ou como técnico que subsidia suas discussões, desempenha um papel crucial no fortalecimento desses espaços. Embora ambos sejam canais de participação, existem diferenças funcionais entre os Conselhos de Políticas (como o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social) e os Conselhos de Direitos (como o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente). Sobre a natureza e o funcionamento dos conselhos de políticas e de direitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselhos, tanto os de políticas quanto os de direitos, são instâncias de caráter deliberativo e permanente, que devem ter composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil (ou majoritariamente da sociedade civil, como no caso da Assistência Social).
- (B) O princípio da paridade nos conselhos exige que haja sempre um número maior de representantes do poder público (governo) do que da sociedade civil, garantindo a governabilidade das decisões.
- (C) Os Conselhos de Direitos (ex: CMDCA) são responsáveis exclusivamente pela gestão e execução direta das políticas, enquanto os Conselhos de Políticas (ex: CMAS) atuam apenas na fiscalização dos fundos.
- (D) Os Conselhos de Políticas, como o de Saúde, têm função meramente consultiva, cabendo a decisão final sempre ao gestor (Prefeito ou Secretário), enquanto os Conselhos de Direitos são os únicos com poder deliberativo.

Questão 11

A Resolução CNAS nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, é um documento normativo essencial para a operacionalização do SUAS. Ela padroniza os serviços em todo o território nacional, definindo seus objetivos, público-alvo, formas de acesso e unidades de referência, organizando-os por níveis de proteção (Básica e Especial de Média e Alta Complexidade). Um gestor municipal precisa organizar a oferta de serviços para famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda mantêm vínculos familiares, demandando a estruturação da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Assim, analise as afirmativas a seguir sobre os serviços tipificados para a Média Complexidade.

I.O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o serviço central da Média Complexidade, ofertado no CREAS, voltado ao apoio e acompanhamento de quem sofreu violação de direitos.

II.O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (abrigo) é considerado um serviço de Média Complexidade, pois busca a reintegração familiar.

III.O Serviço Especializado em Abordagem Social é um serviço da Média Complexidade voltado para pessoas em situação de rua, buscando a construção de novos projetos de vida e a inserção na rede.

Assinale a alternativa que apresenta somente a(s) proposição(ões) CORRETA(S):

- (A) I, II.
(B) I, II, III.
(C) II, III.
(D) I, III.

Questão 12

O envelhecimento populacional brasileiro impõe desafios significativos às políticas públicas, especialmente no que tange ao cuidado e à garantia de direitos da pessoa idosa. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) regula os direitos dessa população e estabelece as regras para o funcionamento das entidades de atendimento, como as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Um assistente social que atua na fiscalização dessas entidades, vinculado ao Conselho do Idoso ou ao Ministério Público, deve verificar o cumprimento de uma série de obrigações legais que visam garantir a dignidade e o bem-estar dos residentes. Acerca das obrigações das entidades de atendimento ao idoso, conforme o Estatuto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__)As entidades de atendimento de longa permanência devem, obrigatoriamente, celebrar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa ou seu representante, especificando os termos do atendimento.

(__)É facultativo às entidades manter registros e arquivos com informações sobre os idosos atendidos, dependendo da disponibilidade de recursos administrativos da instituição.

(__)As entidades têm a obrigação de comunicar ao Ministério Público qualquer situação de abandono familiar ou maus-tratos vivenciada pelo idoso residente na instituição.

(__)A fiscalização das entidades de atendimento ao idoso é de competência exclusiva do Poder Judiciário, não cabendo ao Ministério Público ou à Vigilância Sanitária essa atribuição.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.
(B) F, F, V, V.

- (C) F, V, F, V.
(D) V, F, V, F.

Questão 13

No cotidiano profissional, o assistente social que atua no campo sociojurídico é frequentemente demandado pelo sistema de justiça para subsidiar decisões judiciais que envolvem direitos de famílias, crianças e adolescentes. Um juiz solicita ao profissional um documento que analise a dinâmica familiar de um casal em litígio pela guarda dos filhos, requerendo uma avaliação técnica da situação e uma opinião fundamentada sobre qual arranjo de guarda melhor atenderia ao interesse superior das crianças. A elaboração desse documento exige do assistente social não apenas a habilidade técnica de coleta de dados (entrevistas, visitas, análise documental), mas também a capacidade de emitir um julgamento profissional baseado em fundamentos teóricos, éticos e legais. Esse tipo de instrumental técnico é crucial para a garantia de direitos. Sobre os instrumentais técnico-operativos mencionados (relatório, parecer, estudo social), assinale a alternativa correta.

- (A) O Estudo Social é sinônimo de Relatório Social, consistindo na apresentação final dos dados coletados sem a emissão de opinião profissional, que deve ser feita exclusivamente pelo juiz.
- (B) O Relatório Social é o documento que contém exclusivamente a opinião conclusiva do profissional, enquanto o Parecer Social se limita a descrever detalhadamente a situação encontrada, sem emitir juízo de valor.
- (C) O Parecer Social é o instrumento que apresenta a opinião profissional fundamentada sobre uma situação analisada, geralmente respondendo a uma demanda ou consulta, sendo conclusivo e subsidiando decisões.
- (D) A visita domiciliar, por ser um instrumento de coleta de dados, não pode ser utilizada para fundamentar um Parecer Social, que deve se basear apenas em entrevistas realizadas na instituição.

Questão 14

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco paradigmático para a proteção social no Brasil ao instituir o sistema de Seguridade Social. Este sistema, concebido de forma ampla, visa garantir direitos fundamentais relativos à Saúde, Previdência Social e Assistência Social, superando a lógica anterior, fragmentada e meritocrática, do seguro social. A estruturação desse tripé baseia-se em princípios e diretrizes claros, definidos no Artigo 194 da Carta Magna, que orientam tanto a gestão quanto o financiamento e a abrangência da cobertura. A compreensão desses objetivos é essencial para a atuação do assistente social na garantia de direitos. Acerca dos objetivos da Seguridade Social, conforme estabelecidos na Constituição Federal de 1988, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

(__) A gestão da seguridade social deve ter caráter democrático e descentralizado, sendo administrada mediante gestão tripartite, com participação exclusiva de trabalhadores, empregadores e do Governo.

(__) Um dos objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios, assegurando a manutenção do seu valor real, conforme critérios definidos em lei, visando proteger o beneficiário da inflação.

(__) A universalidade da cobertura e do atendimento refere-se à garantia de proteção a todos os cidadãos, independentemente de contribuição, aplicando-se de forma idêntica à Saúde, Previdência e Assistência Social.

(__) Busca-se a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços exclusivamente para as populações urbanas, visando corrigir distorções históricas no acesso a direitos.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, F.
(B) V, V, V, V.
(C) F, F, V, F.
(D) V, F, F, V.

Língua Portuguesa

Questão 15

Considerando as classificações dos vícios de linguagem, em especial, há um que se manifesta através de desvios de natureza sintática. Analise o trecho abaixo:

"Iremos nas festas de final de ano celebrar nossa conquista."

Assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo de vício de linguagem presente na oração:

- (A) Barbarismo.
(B) Pleonismo vicioso.
(C) Arcaísmo.
(D) Solecismo.

Questão 16

A análise das orações subordinadas é essencial para compreender a lógica sintática e semântica entre as orações do período composto.

Com base nessas informações, analise as afirmativas a seguir:

I. "Farei o relatório conforme as instruções da coordenação." → A oração subordinada expressa conformidade, pois indica o modo como o relatório será feito.

II. "Embora os dados sejam parciais, o pesquisador publicou o artigo." → A oração subordinada expressa causa, já que justifica o motivo da publicação.

III. "O aluno estudou tanto que conseguiu excelente resultado." → A oração subordinada expressa

consequência, pois indica o efeito do estudo.

IV. "Caso haja imprevistos, o evento será adiado." → A oração subordinada expressa condição, pois estabelece uma hipótese necessária à ocorrência da ação da oração principal.

Em quais afirmativas há classificação correta das orações subordinadas adverbiais quanto ao tipo de relação expressa?

- (A) I, II, IV.
- (B) I, III, IV.
- (C) I, II.
- (D) II, III.

Questão 17

A concordância nominal é um dos campos da morfossintaxe em que mais se observam sutilezas da norma culta, especialmente quando envolve casos específicos de variação. Assim, analise as orações a seguir e assinale a alternativa em que há erro de concordância nominal, segundo as regras da gramática normativa.

- (A) É proibido a entrada de visitantes sem identificação.
- (B) Foram analisados os relatórios e planilhas atualizadas.
- (C) Elas compraram belas blusas e sapatos.
- (D) As fotos estão em anexo, prontas para envio.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

Em 2025, o debate sobre a tributação de lucros e dividendos voltou ao centro da política fiscal brasileira, com propostas que preveem alíquota de 10% incidindo sobre esses rendimentos. Considerando o contexto econômico e os efeitos dessa medida, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A tributação de lucros e dividendos tende a elevar diretamente o custo de produção das empresas, pois incide sobre o faturamento bruto antes da dedução de despesas operacionais.
- (B) A cobrança sobre lucros distribuídos diminui o poder arrecadatório da União, pois desestimula investimentos externos e reduz automaticamente a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.
- (C) A adoção de uma alíquota fixa de 10% sobre lucros e dividendos pode reduzir a regressividade do sistema tributário, ampliando a participação relativa da tributação sobre renda e aliviando a carga sobre o consumo.
- (D) A taxação de 10% sobre lucros e dividendos afeta igualmente todos os sócios e acionistas, uma vez que a legislação brasileira não prevê qualquer tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional.

Questão 19

Com base no texto histórico, assinale V para verdadeiro e F para falso:

(__) A Colônia de Porto Novo surgiu oficialmente em 10 de abril de 1926, após os desbravadores chegarem pelo rio Uruguai.

(__) O primeiro ofício religioso foi celebrado pelo Padre João Batista Rick.

(__) O nome Itapiranga foi sugerido pelo governador Adolfo Konder, a partir do nome de uma linha próxima.

(__) Porto Novo já fazia parte do município de Chapecó antes de sua criação como distrito em 1932.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, V, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 20

No primeiro ano da legislatura, a Câmara Municipal de Itapiranga realiza sua sessão solene de instalação no dia 1º de janeiro, ocasião em que os vereadores devem prestar compromisso e tomar posse.

Considere a situação hipotética:

O vereador eleito Miguel não compareceu à sessão solene de instalação em 1º de janeiro. Ao ser questionado, afirmou que pretende assumir o cargo somente após trinta dias, pois estaria resolvendo questões pessoais. Diante disso, a Câmara deve agir conforme o disposto na Lei Orgânica do Município.

Com base no Art. 12 da Lei Orgânica de Itapiranga/SC, a conduta correta é:

- (A) Permitir que Miguel tome posse após trinta dias, já que a posse pode ocorrer a qualquer tempo durante o primeiro ano da legislatura.
- (B) Transferir a posse para o presidente da Câmara decidir de forma discricionária, independentemente de prazo.
- (C) Ele deve tomar posse dentro de 15 dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.
- (D) Declarar automaticamente a perda do mandato do vereador, sem necessidade de análise de justificativa.